LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

Autor(res)

Jeferson Fernandes Pereira
Rafaela Longuinho
Déborah Dias Teixeira

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

A liquidação de sentença é um procedimento que permite o cumprimento de uma sentença judicial quando ela determina o pagamento de uma quantia que não está especificada. Embora o ideal seja que as sentenças sejam claras quanto ao montante devido, há situações em que isso não ocorre devido à complexidade da mensuração ou à imprecisão sobre o valor a ser pago.

Objetivo

Portanto, este estudo tem como objetivo explorar a natureza, os fundamentos e a aplicação da liquidação de sentença, delineando suas características, requisitos e
implicações práticas dentro do sistema jurídico contemporâneo.

Material e Métodos

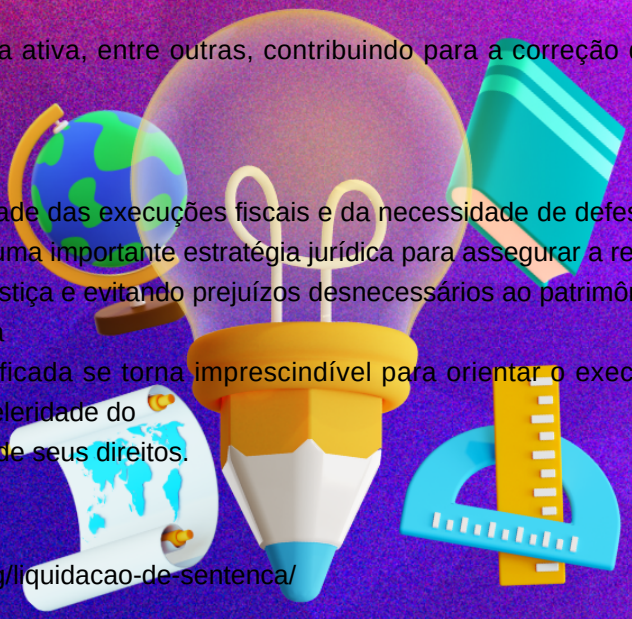
Textos oferecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, doutrina de estudiosos da área e resumos realizados por professores e advogados formados.
Os resumos foram encontrados em sites como jusbrasil, o código civil e os resumos ofertados em sala de aula pelo professor responsável pelo trabalho e pela turma. Utilizamos as normas da ABNT para a formatação e organização dos tópicos que julgamos importante para o desenvolvimento do artigo.

Resultados e Discussão

A exceção de pré-executividade surge como uma ferramenta indispensável para a defesa do executado, especialmente em contextos de execução fiscal, proporcionando um meio eficaz de contestar a validade da execução de maneira clara e objetiva, sem a necessidade de extensa dilação probatória. A ausência de regulamentação específica por uma lei formal não
diminui a sua relevância, uma vez que se fundamenta em interpretações doutrinárias e jurisprudenciais que reconhecem sua utilidade em enfrentar questões de ordem pública. Sua aplicabilidade está condicionada à presença de dois requisitos essenciais: a matéria a ser discutida deve ser de ordem pública e a decisão
do juízo não pode demandar a produção de novas provas. Através dela, o executado pode contestar questões como ilegitimidade passiva, prescrição,

Anais da 3ª MOSTRA CIENTÍFICA DAS FACULDADES ANHANGUERA – BRASILIA – DF, 3ª edição, Brasília- DF, 2024. Anais [...]. Londrina, Editora Científica, 2024. ISBN 978-65-01-33529-2

nulidade da certidão de dívida ativa, entre outras, contribuindo para a correção de eventuais falhas graves na formação do processo.



Conclusão

Portanto, diante da complexidade das execuções fiscais e da necessidade de defesa do executado, a exceção de pré-executividade representa uma importante estratégia jurídica para assegurar a regularidade do processo, promovendo a justiça e evitando prejuízos desnecessários ao patrimônio e às atividades econômicas do executado. Uma assessoria jurídica especializada e qualificada se torna imprescindível para orientar o executado na utilização adequada desse recurso, garantindo a celeridade do processo e a efetiva proteção de seus direitos.

Referências

https://www.aurum.com.br/blog/liquidacao-de-sentenca/

https://jusfy.com.br/blog/liquidacao-de-sentenca-como-calcular-de-forma-rapida-e-eficiente/#:~:text=Exemplo%3A%20se%20a%20senten%C3%A7a%20diz,com%20o%20procedimento%20de%20liquida%C3%A7%C3%A3o.

https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/18431-18432-1-PB.pdf

https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=contra+a+senten%C3%A7a+que+julga+liquida%C3%A7%C3%A3o%2C+cabivel+e+o+recurso+de+apela%C3%A7%C3%A3o

3ª MOSTRA CIENTÍFICA

Anhanguera

Anais da 3ª MOSTRA CIENTÍFICA DAS FACULDADES ANHANGUERA – BRASILIA – DF, 3ª edição, Brasília- DF, 2024. Anais [...]. Londrina, Editora Científica, 2024. ISBN 978-65-01-33529-2